

AINDA, A PANDEMIA... - OBSERVAÇÕES SOBRE A DOCÊNCIA

*Leonardo Maia**

RESUMO: O Acontecimento transformador da pandemia não parece ter ainda sido de todo dimensionado, no Brasil, e talvez por toda parte. Um dos sinais mais explícitos dessa negligência analítica se revela no plano da Educação. Os efeitos pandêmicos aí persistem, e de maneira preocupante – um sem-número de levantamentos, pesquisas o tem evidenciado, em sua constância. Claramente, no campo formativo, a pandemia ainda não passou. Contudo, mostram-se precárias, incertamente eficazes as formas de enfrentamento em curso, ou até agora cogitadas. Em especial, causa assombro o recorrente descaso em relação à docência. Em inúmeros documentos, inclusive internacionais, o diagnóstico traçado em relação à pandemia demonstra preocupação com a experiência de aprendizagem, com o alunado, porém quase nunca com o professorado. Essa ausência é perturbadora. Que salas de aula e escolas são essas, com alunos, porém sem docentes? Estaríamos diante de um movimento inicial na direção da propalada ‘sala de aula do futuro’, onde só restariam os estudantes, mas não seus professores e professoras? Essa assimetria no tratamento de ambos os conjuntos – alunado & professorado – também aponta para outros sintomas preocupantes. A categoria docente se revela uma classe laboral crescentemente em crise de saúde – mental e física, em seu limite. Em vários países, se mostra até a classe adoecida por excelência. Uma nova categoria do(c)ente terá sido também um dos legados brutais da pandemia?

PALAVRAS-CHAVE: Docentes. Bem-estar. Pandemia.

FURTHERMORE, THE PANDEMIC... - OBSERVATIONS ON TEACHING

ABSTRACT: The transformative event of the pandemic does not yet appear to have been fully measured, in Brazil, and perhaps elsewhere. One of the most explicit signs of this analytical negligence is revealed at the level of Education. The pandemic effects persist, and in a worrying way – countless surveys and research have consistently shown this. Clearly, in the training field, the pandemic has not yet passed. However, the forms of coping that are currently underway, or have been considered up until now, are precarious and uncertainly effective. In particular, the recurrent disregard for teaching is surprising. In numerous documents, including international ones, the diagnosis outlined in relation to the pandemic demonstrates concern for the learning experience, for the students, but almost never for the teaching staff. This absence is disturbing. What classrooms and schools are these, with students but without teachers? Are we facing an initial movement towards the so-called ‘classroom of the future’, where only the students would remain, but not their teachers? This asymmetry in the treatment of both groups – students & teachers – also points to other worrying symptoms. The teaching category reveals itself to be a working class increasingly experiencing a health crisis – mental and physical, at its limits. In several countries, it is even the sick class par excellence. Was a new category of patient also one of the brutal legacies of the pandemic?

KEY WORDS: Teachers. Well-being. Pandemic.

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Filosofia pela PUC-Rio. Pós-doutor pela Université Paris 8. E-mail: leomaiaufrj@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2080-9259>

1. Aquilo que não vemos: Não só o vírus é invisível, mas a pandemia dissemina invisibilidades, começa e progride conforme uma invisibilização

Talvez não seja por acaso que, em tempos recentes, um dos primeiros grandes livros a tematizar - senão a problematizar - a questão da pandemia, o tenha feito associando-a dramaticamente à condição de cegueira. A Pandemia como perda (generalizada, total) da visão; pandemia = não mais ver. Com efeito, as coisas vão por aí, por essa perda da capacidade de enxergar, de ver (problema na verdade tão antigo, ao menos grego...). Primeira distinção: a pandemia não nos deixa ver claro, dada sobretudo o ambiente de tensão em que ela transcorre, ou inversamente, ela, e só ela, torna explícito quão profundamente enxergamos (e enxergávamos...) mal, em sua potência, pode desvelar o quadro de nossa cegueira habitual?

Possivelmente, seria o caso de considerarmos que todo esse processo envolveu uma formidável inversão da nossa experiência ordinária, uma *débâcle* da nossa sensibilidade comum, pela qual somos naturalmente inclinados a considerar que o fazer experiências envolve sempre a retenção de alguma percepção recolhida. Uma espécie de senso comum sensível é, portanto, contrariado, quebrado, em um evento pandêmico: nossas experiências são bloqueadas, restritas, revertidas. O mundo passa, então, a nos dizer não, nos rejeita. Não podemos sequer ir às ruas; e aquilo que experimentamos se mostra já desconstruído, não encontra sentido certo. No limite, sem dúvida, nos vemos mergulhados nessa situação crítica, em que, sem saber bem o porquê, tornamo-nos invisíveis, nos apagamos ou invisibilizamos progressivamente uns aos outros, deixamo-nos, simplesmente, de nos *ver*. Seria isso, sobretudo, uma pandemia – ou, afinal, o seu mais duro efeito. Essa, portanto, uma das intuições mais preciosas de José Saramago, no ‘ensaio’ que publica em 1995. Já para ele, em essência, a pandemia fora também a oposição e progressão de uma opacidade concomitante: começamos por não ver, deixamos de nos ver a nós mesmos e aos outros, como antes, e talvez para nunca mais.

A primeira providência seria, assim, a de tentar enxergar claro, de voltar a ver. Mas aí se reconhece o que de fato está em questão, a verdadeira dificuldade enfrentada. É realmente a pandemia que nos tolhe a visão, ou ela antes explicita o caráter de uma visão já anteriormente obliterada? Uma pandemia, como nenhuma outra coisa com força superior à sua, talvez, nos mostraria precisamente isso, que vemos mal, que essencialmente visualizamos de maneira insuficiente ou torta e, assim, isso a que enfim chamamos pandemia não é exatamente um mal singular, uma doença especial ou súbita, mas o resultado último de um processo de longa duração durante o qual, há muito vimos adquirindo essa condição de *impercepção*, de não perceber, cuja marca maior, enfim, terá se revelado só tardiamente. A pandemia apareceria tão somente como uma exacerbação, uma explicitação ainda mais intensa de quadro preexistente, portanto: o da nossa visão alienada, inadequada, nublada¹.

¹ A pergunta a ser feita, ainda hoje, é se (já) chegamos a realmente ver, a enxergar o próprio Acontecimento pandêmico, o trabalho do vírus sobre nós. Ou, em tudo isso, tal impossibilidade seria antes – ou, ainda - da ordem da negação (ou denegação)? A reiterada dificuldade em se olhar de perto, de se atentar e se mirar direto para isso que, essencialmente, precisava

Materialmente, já para além da ‘ficção’ livresca, terá sido exatamente assim, pouco faz. A pandemia ainda está por ser visualizada e visibilizada. Por outro lado, ela nos impõe a perspectiva de um recomeço. Ou, como bem soube dizer ainda o escritor português, a pandemia é um tipo de ensaio, a sua exigência é a do ensaio, cumpre *ensaiar*. Esse não apenas o título de sua obra, como também a práxis que se impõe, e que ele tão bem descreve: literalmente, passamos a tatear, coisas, respostas, a nós talvez, e ao mundo, quiçá algo mais. Ou ainda, a intentar hipóteses, em que se exponha vivamente tal cegueira, e portanto, por dentro dela, dessa supressão e inabilitação da visão, algo afinal se faça mais claro, se deixe perceber melhor. A aparente ‘moralidade’ revelada pelo texto de Saramago traria algo desse otimismo crítico que só um evento limite, total poderia suscitar. A seu modo, uma pandemia seria, assim, a Revolução e a Utopia características do nosso tempo, massivo e global... E, já por tudo isso, talvez a condição renovada para uma visualização e percepção inéditas, a condição de possibilidade de uma radical nova forma de ver e de perceber, e em sentido mais amplo, uma operação afinal também estética, a transformar nossa sensibilidade e sensações – talvez essa a *moral* de responsabilidade que se prenuncia, como exigência, em Saramago: precisamos voltar a ver, desesperadamente, cegos que estamos; a pandemia é, por isso mesmo, e só o pode ser, em si mesma, um ensaio geral.

De resto, até onde esse ‘não ver’ se desdobra em um necessário ‘não aprender’, e a ‘não visão’ é também, de forma trágica, a passagem incontornável à condição de ‘não aprendido?’ (Sem ‘ver’, como ensinar, o que aprender?) A sequência da irrupção pandêmica é intensa também quanto às suas implicações pedagógicas – desde o impacto do evento pandêmico sobre os ambientes escolares, até hoje, em seus reflexos presentes, e ainda sensíveis, sobre professores e alunos.

2. A doença infinita/eterna (sem cura)

Adoecer é uma condição que não há quem não a tenha experimentado, mas sobre a qual talvez seja difícil traçar um sentido realmente claro. Sobretudo, porque a doença é o que não queremos, o que não desejamos. Se ela está, então não estamos, ou só precariamente. E é, em vida, a experiência mais concreta de não-ser, do próprio apagamento ou dissipação. Queremos escapar o quanto antes até das mais simples dentre elas, e se possível jamais sermos alcançados sequer por doença alguma (os indígenas sul-americanos cogitavam de uma ‘terra sem males’, aí incluídas as várias doenças que então conheciam). Claro, essa é uma situação impossível. Mesmo as saúdes de ferro estarão sujeitas a um enferrujar... E assim, a doença vem, e certamente já não seremos os mesmos depois de cada uma que nos cabe enfrentar.

O que dizer, então, de uma situação maior, de amplitude global? O ‘pan’ em *pandemia* revela ao menos uma dupla acepção: trata-se de uma doença total, que não permite linha de fuga ou escape seguro.

ser visto de frente, encarado, enfrentado desde o momento em que terá sido visto (e, porém, não o fora, e nem o é, ainda).

Doença, de fato, maior. Doença e temor de adoecer; curas e perdas, em grande velocidade, de maneira vertiginosa. Direta, ou indiretamente, a pandemia será um tipo de doença, uma maneira de adoecer que se declina por todas as gentes: é minha, sua, nossa; e, nesse caso, ela é, também, uma doença de todos, que se estende a qualquer um, em qualquer lugar, em qualquer tempo: a doença como hipérbole, um paroxismo malsão. Já não é, com isso, a doença comum, em que, de algum modo, se torna possível ao menos colocar-se fora, ao largo. A esse respeito, lembremos um terrível dado educacional: em maio de 2020, no início das grandes restrições pandêmicas, calculava-se em cerca de 1,5 bilhão de crianças e jovens, da pré-escola e séries iniciais, até o nível equivalente ao do Ensino Médio, sem frequentar a escola, privados de aulas presenciais, por todo o globo. Ou seja, 94% do total mundial, nessa faixa etária.

Retomemos, então, alguns dos elementos que, desde a pandemia, fizeram problema:

- a) o inesperado, o abrupto da sua irrupção, e o seu rápido espraiamento; o fato de chegar ‘sem aviso’ empresta cores ainda mais misteriosas ao evento pandêmico, conferindo-lhe aspecto singular, porque afinal insondável. Hoje, como no passado, a irrupção da pandemia é absolutamente intempestiva, e por isso mesmo, trágica;
- b) o caráter de uma doença massiva, global, em um tempo histórico de sociedades de massas, localizadas em um mundo globalizado; esses qualificativos – massivo, global – são dos principais componentes intensivos (e não apenas extensivos) da pandemia; ela também nos angustia, ou choca, porque atinge indiscriminadamente a totalidade humana, ao grande conjunto humano atual;
- c) a perspectiva de um fim extremo, até mesmo do extermínio coletivo, da morte ‘específica’, i.e, de toda a espécie humana – a pandemia como (um) fim do homem, agora ou mais adiante, ‘de direito’, e em algum momento, também de fato;
- d) o apelo à ciência e o tênue equilíbrio entre o crédito e o descrédito conferido a ela; a ciência mostrou força demais, foi eventualmente autoritária demais, ou, ao contrário, o negacionismo científico negou-lhe, em alguma medida, a incontornável ascendência que lhe era devida naquele momento extremo? Por outro lado, um poder ilimitado, mesmo que da ciência, ‘científico’ ou racional – até onde isso é aceitável, até onde isso é bom? Estivemos próximos, em algum momento, de um Iliberalismo também por parte da Ciência? No fundo, percebemos, nessa querela, a sensível situação de fragilidade, de insuficiência do conhecimento humano; ele nunca nos ampara por inteiro e, a rigor, o poder da ciência envolve sempre também o reconhecimento de sua própria impotência essencial. A pandemia exacerbou essa dialética fronteira, na qual o saber se mostra atravessado por uma condição de não-saber, da qual talvez jamais nos poderemos livrar por completo;

e) por outro lado, a voz de comando da ciência nesse momento, bem como a força antitética dos diversos negacionismos que se lhe opuseram, apontam para cisões e clivagens sociais mais profundas, evidenciando, sobretudo, talvez, a provisoriedade e precariedade democráticas atuais, em particular no mundo ocidental; as democracias parecem ter falhado profundamente em garantir um esclarecimento condizente, ou a melhor circulação das informações verazes, de real interesse público, que são, por outro lado, base da cidadania política democrática;

f) a afirmação do poder do Estado, em detrimento dos direitos individuais, deu-se muitas vezes de forma excessiva, invasiva; até que ponto isso seria realmente assimilável sem prejuízos mais graves? O fundo de nossas experiências já não seriam nem autônomas nem livres, e a pandemia o terá apenas evidenciado? Mais do que isso, um poder de coerção novo claramente impôs-se, na pandemia, em paralelo a um trágico critério de exclusão, de modo que, no limite, se a situação tivesse se mostrado ainda mais grave, é de se cogitar de um poder de estado que talvez viesse a se definir como uma segunda força de extermínio, em paralelo à própria pandemia (alguns chegaram a considerar a perspectiva de uma ‘guerra civil pandêmica’, em latência, mas podendo encontrar na incerteza pandêmica um princípio de disparação; parece-nos uma concepção excessivamente distópica – mas ela poderia ser de todo descartada? Em todo caso, até onde vai – ou deveria ir - o poder de Estado sobre nós?);

g) a mudança nas relações humanas – o estabelecimento da distância ‘segura’ (o distanciamento sanitário), em detrimento do contato (e conseqüente ‘contágio’) e o conseqüente impacto dessas exigências para toda uma mudança corpórea, a ocultação do rosto, e evidentemente a definição de uma conversão subjetiva ainda insuspeitada, e talvez mal descrita ou diagnosticada;

h) a formação ou consolidação de um tipo de subjetividade passiva, restringida, insularizada em casa - e que *aguarda em casa* (será preciso considerar a apoliticidade intrínseca a tal situação); trata-se de uma nova condição pela qual o sujeito (sobretudo entre os segmentos mais jovens) não só demanda formas diversas e quase permanentes de cuidado, mas *espera* por esse, depende crescentemente dele, e quer ser percebido assim (uma espécie de ‘Cuidem de mim, porque existo’, ou ‘para que eu exista’). A fórmula do personagem Bartleby, da novela homônima de Melville, parece retornar aqui, generalizando-se: *eu prefiro não*; aliás, em caráter mais amplo, poderíamos considerar o nosso próprio tempo, a partir da pandemia, como um tempo negativo, um tempo decididamente passivo, em que não se percebem muito bem as ações e os seus sentidos, ou os reais valores a animá-las? O vírus terá feito enfim nascer o século já sob o signo do niilismo ou do decadentismo que, por regra, ao contrário, marcavam movimentos com caráter *fin-de-siècle*?

Poderíamos, decerto, levar essa lista muito mais longe. Mas ela já nos parece suficiente para demonstrar como a humanidade terá sido atingida no seu cerne por tudo o que se enfrentou nos anos de pandemia. A partir desse fenômeno desconcertante, estaríamos experimentando um novo momento de

pessimismo, de descrédito vital ou existencial? Viver terá perdido força, vigor, como saldo perverso maior da pandemia?

Em resumo, seria talvez o caso de nos apropriarmos de uma imagem cara ao freudismo, e supor a irrupção, ao longo do momento pandêmico, de uma quarta ferida narcísica - a humanidade de novo menor na natureza e no mundo; e assim *sentindo-se*, experimentando um profundo sentimento de impotência ou de impoder. Fortemente diminuída, constrangida, e pelo mais pequeno e simples dos organismos vivos (ou nem sequer isso: pois se trata de um 'ser' cuja própria 'vida' - ou antes, o seu estatuto de vivo, a sua dimensão ontológica - é duvidosa para boa parte dos biólogos). Confinada pelo organismo microscópico, pela forma de vida mais rudimentar, o que somos então, nós que nos acreditávamos, talvez mais do que nunca, na ponta da experiência planetária? Ou seja, onde de fato estamos, nesse espaço-tempo que radicalmente não nos pertence, e que não dominamos? (A pergunta de Agamben, nesse caso, é muito feliz: *em que ponto estamos?*)

3. A Pandemia como pedagogia - o 'fora' das escolas

É preciso entender (e estender) o acontecimento da pandemia, já em si plural, projetando-o para a situação da formação. Percebe-se que o mais-além da pandemia, ou o dito 'novo normal' que ela teria produzido, veio a se instalar, sobretudo, no lugar da formação. Porém, como ela, pandemia, afinal se desdobra neste último? Não se deveria desprezar a urgência dessa questão, a sua atualidade pedagógica: se a pandemia segue ainda hoje presente, isso se dá privilegiadamente, sensivelmente no campo educacional - ele sofre ainda da doença que ainda não passou.

Durante e depois, a pandemia mostrou-se experiência, acontecimento e força formativa. Sobretudo, ela parece nos ter impelido a um novo aprendizado sobre nós mesmos. Portanto, é fundamental avançar na direção de perceber esse conjunto de eventos transcorridos também a partir do que se poderia considerar o seu caráter *pedagógico* (e, a nosso ver, esse é um aspecto maior do que teríamos enfrentado, ou viemos desde então enfrentando). Lidamos, então, ao longo da pandemia, com essa grande dificuldade, com um processo oposto àquele que melhor nos caracteriza, i.e, o da capacidade de transmissão ordenada, qualificada, de cultura e informação. Ao contrário, vivenciamos a impossibilidade da ação formativa, experimentamos um grau zero da formação. Com efeito, passamos da situação pré-pandêmica de uma proverbial e prolongada crise da educação, verificada mundo afora, a um certo *nada da formação* (a nulidade educativa como horizonte factível). Essa condição de uma profunda experiência negativa, ou de uma situação de negação com força totalizadora, estaria identificada, possivelmente, a um novo niilismo. Contudo, deveríamos considerar aqui a produção de um niilismo 'de base', a atingir a nossa própria capacidade de comunicação, de expressão comum e mútua, ou de transmissão, enfim, a condição de educar. Originalmente, o niilismo se mostrara um processo final, concludente ou terminante, de

desfecho reiteradamente negativo, porém proveniente de situações anteriores. Assim, por exemplo, as formas de niilismo descritas por Nietzsche, e sintetizadas nas expressões ‘vontade de nada’ e ‘nada da vontade’. Em ambos os casos, verifica-se um certo ‘trabalho’ do niilismo, em que a sua irrupção é a resultante última de diversos outros processos e experiências que lhe antecedem. De algum modo, alcança-se, ou chega-se, enfim, como etapa final, no niilismo. Aqui, ao contrário, o elemento ou efeito de negação parece primeiro, ou imediato, imponderado.

E, então, o que tudo isso quer dizer, onde estamos? Retomou-se a normalidade da continuidade formativa, integrando-lhe já a experiência da pandemia? Essa seria, afinal, assimilável aos processos humanos, como qualquer fenômeno, como outra coisa qualquer? Ou seja, ela já se colocaria entre nós, como *parte nossa*? Ou, por outro lado, ela segue funcionando como presença sempre ‘externa’, como um Fora radical, apresentando-se, nesse sentido, como uma impossibilidade, uma barragem invencível? Uma pedra-de-toque, ou critério disruptivo, dissuasório... Nesse caso, teria se operado uma inversão ou reversão da nossa perspectiva de legitimação habitual da formação? Como pensar na verdadeira retomada da normalidade educacional, se o fantasma segue presente, ativo? Estivemos todos muito perto do fim para ainda seguir acreditando?

O aspecto historicamente naturalizado da importância intrínseca da educação é, sem dúvida, crucial: a formação implica um determinado contrato social, a tácita adesão, uma insistência e uma vontade de ser-mais, ou ao menos um desejo de prosseguimento, uma capacidade/motivação de sucessão e de revezamento. Os desafios contemporâneos que se apresentaram a essa antiga consigna da ‘necessidade de aprender’ pareceram, então, sobretudo de ordem quantitativa: como educar as grandes massas? Como garantir os equipamentos escolares massivos que permitissem a verdadeira inclusão desse grande número, antes preterido da possibilidade formativa. Esse talvez tenha sido, por excelência, o problema pedagógico do século XX.

A pandemia, no momento inicial do novo século, parece apontar em direção completamente distinta. Agora, esses grandes contingentes, de forma abrupta, voltaram a ser postos de novo fora da escola. A ideia da educação necessariamente ofertada *intra muros* se dissolveu por inteiro. Assim, *a contrario sensu*, cumpre considerar se a pandemia terá tido força suficiente para inverter a orientação diretiva provinda do século anterior, e se adentramos um período marcado por um novo, ou mesmo inédito ‘fora das escolas’. O legado de uma certa frustração ou falência emocional, portanto também moral, existencial, e, ainda, formativa permaneceria como saldo duradouro de uma ‘covid prolongada’ ainda sob perspectiva subjetiva. Impossível negligenciar esse eventual elemento de permanência da pandemia, pois é essa, talvez, a fonte maior da dificuldade educacional presente. A escola passa a funcionar, configura-se, de fato, como um ambiente de explicitação de uma determinada expansão e exposição (genérica) de sofrimento, ou de impotência. Isso deveria ser aquilo a nos chamar mais a atenção, a nos inquietar, de

fato. No sentido mais amplo da responsabilidade pedagógica. Uma vez que, no limite, lidaríamos com uma condição extrema da negação educacional, da decadência mesma da ideia pedagógica. Essa intensidade de experiência, assim como o seu inesperado - ainda que talvez consequente - prolongamento, pareceriam apontar então para uma dificuldade ainda maior, projetada, futurista: a de certa perda do próprio valor do aprendizado, do ensinar e aprender como forma ou essência pedagógica, e *humana*...

Um 'no future' cognitivo como sintoma de um mais amplo 'no future', genérico, resultado do (amplo) declínio pandêmico. Um horizonte tão desmesuradamente distópico, disruptivo que passa até a contraindicar todo valor de formação, toda vontade de formação. As sociedades, já esvaziadas inclusive nessa motivação pedagógica crucial, forçosamente já dispensariam, em benefício de sabe-se lá qual outro conjunto de valores, as linhas de continuidade, 'progressivas', dos modos e valores históricos de aprendizagem, porém sempre atuais. No fundo, nada há para além de ensinar & aprender... E que mundo seria já esse, sem qualquer potência educativa? Talvez a presente agressividade e tensionamento políticos já sejam uma sinalização nesse sentido. A súbita e rápida progressão/popularização dos dispositivos de inteligência artificial deveria ser analisada também sob esse prisma. Poderiam eles ser igualmente reveladores de um inédito descrédito humano, que preferiria ceder passo a 'Outros' que venham a *pensar melhor*, que lhe sobrepujem no pensamento e cognição e, portanto, possam enfrentar mais adequadamente as dificuldades que sobrevirão (e de que a pandemia recente foi apenas um prenúncio revelador)? Essas dificuldades, aliás, confortavelmente já não serão então sequer mais 'nossas', uma vez que já não mais serão pensadas por nós. Em uma próxima pandemia, tudo nos será talvez já prescrito desde outras formas e configurações cognitivas... Disso, talvez, já seria grandemente simbólica a amoral utilização, por estudantes de todo o mundo, dos dispositivos de inteligência artificial recentemente disponibilizados. O fastio de conhecer precedido ou acompanhado pelo cansaço de estudar. Com efeito, em um quadro assim, a Inteligência necessariamente só pode ser artificial: a ascensão dos robôs, a companhia dos bots, a 'passagem à máquina' surge como resposta ao deserto formativo, à anulação educacional.

Com a pandemia, depara-se, uma vez mais, com a situação, até proverbial, de um ensinamento ou aprendizado pela dor, pela perda. Decerto, dor, angústia, perdas, foram elementos caracteristicamente pandêmicos. Perdemos, sofremos, aprende-se (*sofro, logo existo*, como já se disse, e inclusive como um inédito processo, marcadamente contemporâneo, que a pandemia teria ajudado a desvelar ou consolidar, de modo especialmente preocupante). Mas, o que tudo isso nos teria ensinado? A pandemia não é, enquanto tal, uma experiência ou um processo de formação, porém definiu-se, incontornavelmente, como um momento e lugar de aprendizado: não podemos senão aprender, até mesmo pela impotência quase absoluta de agir - a formação, portanto, como uma contrafação da ação, como preenchimento inevitável do vazio da ação, da ação humana (tornada) impossível. Assim, onde não está a ação, em seu lugar estaria sempre uma formação.

A hipótese aqui também é de caráter geral: a escola seria já um lugar fundamental da sensibilidade contemporânea, um espaço-diagnóstico, e micro-político por excelência; ela ainda é, por excelência, o lugar de formação, sem dúvida, mas já não é apenas esse o seu compromisso, o seu estatuto. Trata-se, enquanto formação, sobretudo das formações subjetivas, de formação das subjetividades. E justamente, nessas condições talvez muito gerais – mas ainda assim, sempre as mais especiais, mais relevantes – a escola se viu atacada. E, quiçá, ferida de morte (ou de alguma morte, que, como a covid dita ‘prolongada’, dura ainda, passado o pior do Acontecimento). Aí também, insistimos, a pandemia pode ter vindo para evidenciar impasses anteriores. Qual, com efeito, o lugar, a função, a responsabilidade e o propósito da escola atual? (E, é claro, da docência?) Por que o contemporâneo escolar é marcado por uma crise permanente e geral (ao menos no hemisfério ocidental)? E como conviver com uma crise eterna, que jamais se vence? Em que sentido, nesse caso, a escola ainda se mostraria um espaço ‘são’?

A supressão provisória de um dos principais ambientes sociais humanos, ainda que temporária, não pode ser, portanto, desprezada. Elenquemos, igualmente, algumas das questões que se mostraram mais sensíveis ao longo da pandemia do covid19, e depois, com claro e permanente impacto pedagógico:

- a) a aula como experiência e como relação remotas (e uma possível (nova) dissolução da aura formativa);
- b) a experiência pedagógica distante; o/a professor/a ‘virtual’; a desnecessidade docente; o computador, a tela do computador, a imagem então ensinam (aspecto de desconstrução também do carisma docente, ou do que restava dele, e os prejuízos para a relação professor-aluno);
- c) o confinamento social (ou associal, ou mesmo anti-social), como antítese do ambiente coletivo, compartilhado da escola: ele será definitivamente ultrapassado, superado?;
- d) ensinar e aprender em um mundo que treme, que se mostra tragicamente próximo de seu eventual fim distópico;
- e) a maturidade, a sociabilidade, as necessárias conversões subjetivas, as (re)elaborações extra-familiares operadas pela escola, (assim como a sua forma própria de cuidado, atenção, acompanhamento etc) substituída pelas posições remotas, pela nova vida ‘on-line’, tendo por consequência novas assimetrias, dissimetrias, hierarquizações sociais etc;
- f) a ausência de relações interpessoais que marcam o ambiente escolar; fazer amigos ou ter o computador como novo maior amigo?

4. O grande Ausente, o Professor: uma ocultação deliberada?

Tomemos um caso concreto, presente, como elemento situacional. Em recente participação no podcast ‘Análise da notícia’, dos jornalistas Kennedy Alencar e José Roberto de Toledo, em vinte e quatro

de maio último, Priscila Cruz, presidente-executiva e co-fundadora da ONG Todos pela Educação, estabeleceu um diagnóstico bastante crítico a respeito dos maus resultados verificados recentemente no ensino paulista. Destacadamente, ela sintetizou a piora nos índices paulistas, ligando-os ainda, para além de possíveis más decisões governamentais, ao momento particular – *ainda pandêmico* - que enfrentamos:

São Paulo precisaria ter levado mais a sério algo que em outros estados a gente conseguiu observar de forma mais forte, que é um programa de recomposição da aprendizagem. Então, a gente teve isso de uma forma muito tímida aqui em São Paulo. *A gente não pode ainda normalizar o pós-pandemia. A gente ainda vive esse momento de prejuízo na Educação, por conta da pandemia. Se a gente imaginar que é possível ter uma gestão em qualquer secretaria, em qualquer estado, em qualquer município, uma gestão que ignora essa queda [...]. O aluno que [...] passou pela pandemia sofreu uma lacuna de aprendizagem muito grande. E se você não tiver um sistema muito rigoroso de recomposição da aprendizagem, o que vai acontecer é que isso vai virar uma bola de neve, e é exatamente isso que a gente está vendo aqui [em São Paulo]*” (Transcrição adaptada, grifo nosso).

O curto trecho é significativo, e aponta para várias situações ainda em curso. O caso paulista é, decerto, o retrato em pequena escala do caso maior, brasileiro (e mesmo, como se poderia verificar com certa facilidade, o que poderíamos considerar um caso global, mundial). A Educação claudica por quase toda a parte, em particular talvez no hemisfério ocidental e, em larga medida, a pandemia foi um claro agravante de problemas anteriores, bem como um agente introdutor de outros novos.

Ele é também revelador quanto à insuficiência de nossas ações educacionais, tomadas em resposta à pandemia, no instante e desde então. A grande ilusão, demasiado otimista, de que se poderia reconduzir o sistema educacional, suas instituições e sujeitos, de novo a uma certa ‘normalidade’, pós-pandêmica, não parece se manter de pé. Não poucos consideraram o retorno às salas de aula como a terapêutica pedagógica suficiente para se vencerem os dramas da pandemia. E muitos desses, figuras e personagens internos ao próprio campo pedagógico. Como explicar tamanha miopia (senão mesmo, insensibilidade)?

Mas, sobretudo, o texto se mostra sintomático por outra razão, talvez menos clara. Uma vez mais, o diagnóstico escolar apresentado envolve tão somente, ou quase que exclusivamente, o alunado. E, junto a esse, aponta-se o comprometimento da qualidade do aprendizado. De fato, tem sido assim desde o início da pandemia, e o trecho apenas o reforça; tem-se, como que por regra, uma ausência fundamental: nada se menciona a respeito do professorado. Porém, como não estender ao conjunto de professores e professoras, nos diversos níveis de ensino, a reflexão acerca dos impactos, mesmo os atuais, da pandemia?

Temos estudado documentos produzidos durante a pandemia, ou após o ápice do evento pandêmico, visando a acompanhar a evolução das análises e avaliações que se têm verificado nesse terreno. A título de exemplo, tomaremos aqui dois documentos internacionais, produzidos pela ONU, e UNESCO, o primeiro deles divulgado em agosto de 2020, ou seja, ainda durante o período mais grave da pandemia, e o segundo, publicado pelo Setor de Educação da UNESCO, também em 2020, como resultado do trabalho de comissão especial formada durante a pandemia para esse fim. A escolha de ambos se deve seja à sua relevância intrínseca, contando com a chancela da principal organização

internacional dedicada à reflexão sobre a educação mundial, i.e., a Unesco, ou mesmo da própria ONU, seja à representatividade de seus propositores (a comissão da UNESCO contou com as participações de Arjun Appadurai, Cristovam Buarque e António Nóvoa, dentre outros).

O documento da ONU - *Nota de síntese: A educação em tempos de COVID-19 e depois* - se dedica a um diagnóstico resumido dos efeitos pandêmicos já ali perceptíveis sobre a formação mundo afora, resultantes, em especial, do fechamento das instituições escolares, nos diversos níveis de ensino. Como o próprio título já o indica, são identificados aspectos gerais do impacto da pandemia sobre a educação e a aprendizagem, desenham-se cenários globais do problema, e em conclusão, são apontadas algumas medidas necessárias, que poderíamos considerar como de salvaguarda, para a pronta minoração e a futura superação dos prejuízos relatados no documento.

O segundo documento, *A educação em um mundo pós-Covid: Nove ideias para a ação pública* é o resultado do trabalho realizado pela Comissão internacional sobre os futuros da educação. Ele se mostra ao mesmo tempo mais incisivo, específico, como também propositivo. Em um momento ainda de grande incerteza (lembramos que as primeiras vacinas anti-Covid começaram a ser aplicadas no Reino Unido, apenas em dezembro de 2020), mira-se já em um momento futuro, e a pergunta ‘o que será da educação ao longo e, *em particular*, após a pandemia?’ ressoa por todo o texto ainda mais intensamente do que no documento da ONU. Assumindo um caráter mais assertivo (e, por que não, otimista), o texto procura se concentrar sobre as ações mais necessárias a serem já então previstas e planejadas pelos governos mundo afora, concentradamente no campo da Educação. Procura-se definir, assim, um conjunto de nove metas pedagógicas fundamentais, sintetizando as principais iniciativas a serem implementadas (ou ao menos, intentadas) após o retorno às aulas, no período pós-pandêmico.

Os dois trabalhos coincidem em vários aspectos. Porém, ainda que o objetivo de ambos não seja exatamente uma análise ou levantamento exaustivo de casos e situações, percebe-se nos dois um mesmo desequilíbrio em relação a um tema sensível, maior. O rol de ações principais a serem perseguidas, executadas referem-se essencialmente a dois planos: as garantias para a promoção de um retorno seguro, integral e efetivo dos alunos ao ambiente escolar presencial, e a preocupação com a qualidade dos processos de aprendizagem, uma vez consolidado esse retorno.

Por outro lado, a atenção, senão o cuidado, com os professores e professoras, nos diferentes níveis de ensino, e igualmente envolvidos em todo esse processo, é significativamente menos presente, e poderíamos dizer que, no que concerne à situação dos docentes mesmos, ao seu bem-estar, e à sua saúde, pessoal e profissional, ela é marginal, ou inexistente. A preocupação com a sua atuação, ou com a profissão de forma geral, aponta em particular para a necessidade de sua (re)qualificação, de modo a que possam melhor enfrentar as dificuldades intrínsecas ao momento pandêmico, redaptar-se ao exercício da docência virtual etc. A rigor, nada muito diferente do que se encontra nas avaliações oficiais ou institucionais em

‘tempos normais’. Os docentes, via de regra, se mostram ou são considerados defasados, perseguem um déficit permanente, ora particular, ora geral. Com isso, em especial, demandam *qualificação* – porque carecem de qualidades, subentende-se...

Voltaremos a esse tema, mas gostaríamos de avançar uma hipótese inicial, a ser retomada em trabalhos futuros: a valorização da educação se faz crescentemente acompanhar por essa perceptível desvalorização, por uma genérica má avaliação do professorado. A pandemia, nesse sentido, explicitou uma situação já em curso. É preciso acompanhar (e avaliar) até onde vai esse descaso para com os docentes, e quais as intenções que presidem esse processo. Uma refundação da escola sem professores? Um rebaixamento ainda maior da profissão (com a sua consequente proletarização, inclusive econômica, cada vez mais aguda)? São aspectos já bastante sensíveis no exercício da profissão, que a pandemia apenas teria contribuído para acentuar, ou naturalizar.

Vale considerar que, por toda parte, a superação do período pandêmico, não provocou nenhuma melhoria significativa no exercício da profissão docente. Deu-se, antes o inverso, frequentemente: a profissão veio a precarizar-se ainda mais. Mais do que se poderia esperar, as estratégias de enfrentamento das restrições escolares provocadas pelo Covid-19 não passaram por uma percepção mais cuidadosa, e mesmo mais solidária com a classe dos docentes. Montou-se, muitas vezes, uma ‘nova’ sala de aula abstrata (dita ‘on-line’), capenga, desvinculada do/a professor/a, e que até pareceu passar-lhe ao largo. É de se perguntar por que. Ou mesmo, de maneira mais incisiva, de se lamentar tais porquês, quaisquer que sejam eles, uma vez que apontam, enfim, para uma negligência ou perversão intoleráveis.

Nesse caso, qual o resultado material efetivo a se cogitar para a operação de ‘qualificação’ reivindicada insistentemente durante a pandemia? De onde extrair, como alcançar essa nova qualidade tão necessária? A resposta parece saltar aos olhos, imensamente generosa ao mesmo tempo que superiormente cínica: as nossas crianças não podem ficar sem escolas... e portanto, não podem depender de docentes, do *exercício humano da docência*. Já se estaria gestando, involuntaria, inconscientemente que seja, a sala de aula ‘do futuro’, sem professores? A pandemia pôs a nu, talvez, o real problema, dos impasses decorrentes da insistência em uma categoria laboral supérflua e, em última análise, talvez elemento decisivo a concorrer para a nossa invencível crise educacional. O verdadeiro vírus na educação é o professor. E a doença pedagógica do nosso tempo apenas começou a tatear a sua cura definitiva.

Há de fato um problema óbvio, maior no plano da Educação, e não só brasileira, quando se olha centralmente para as dificuldades diversas do alunado e, contudo se desconsidera por completo as dificuldades conexas do professorado. Podem os alunos enfrentar uma grande crise da qual os seus professores e professoras estariam completamente resguardados, preservados? Como estavam esses, como estão agora? Pode uma operação de atenção e de cuidado educacional ser dirigida a um único polo envolvido, sem que, com isso mesmo, nesse mesmo movimento, o outro já se ressinta da desatenção e

descaso que lhe atinge? A assimetria que se observa nessa circunstância não é sem consequências. De pronto, produz-se a condição de uma sala de aula inexistente, abstrata, ou abstratamente considerada, segundo uma lógica de secção, de mutilação, ou mesmo de seleção: no ambiente de ensino, interessam os alunos; os professores, porém, menos, bem menos...

Não por outra razão, a questão envolvendo o bem-estar (ou o mal-estar) na profissão docente se amplifica. Os números têm se mostrado trágicos, provenientes de organismos e instituições que lidam mais de perto com o tema. É uma das profissões mais acometidas, contemporaneamente, por males físicos e mentais. É, ainda, uma profissão sob desvalorização continuada, com a consequente diminuição da sua procura, enquanto campo profissional de atuação convidativo (o déficit de professores é crítico, em diversas disciplinas, e deveria mesmo ser um alarme para qualquer política governamental responsável, ou mesmo para ações educacionais privadas realmente sérias). Enfim, é uma categoria profissional em situação de abandono.

Mal-estar não é apenas uma situação que se opõe, banal ou trivialmente, ao seu aparente antônimo – *bem-estar*. O bem-estar, a rigor, é menos percebido, menos sentido, em síntese, uma sensação via de regra *não marcada*. A alegria de viver, quando experimentada, o é em situações muito particulares, intensas, vívidas. No mais, o cotidiano passa ao largo da pequena felicidade, ou ela não tem força suficiente para interrompê-lo, fixá-lo. Ao contrário, é precisamente esse o efeito do mal-estar, ele nos constrange, se impõe a nós como um vivo impasse. A pandemia não parou, não passou, mas possivelmente impôs ineditamente tal interrupção à profissão docente. Teremos nos dado conta disso? Vale, a esse respeito, lembrar uma expressão difícil do filósofo francês Michel Onfray: a rigor, nós fazemos menos o luto, do que na verdade somos feitos por ele. Não será esse o caso aqui? Estaríamos ainda em um luto generalizado, do qual a educação é sintoma particular decisivo? Parece-nos uma conclusão inevitável. Contudo, curiosamente, trata-se de um luto, de uma reparação necessária, porém ainda mal enfrentada. Não seria esse um dos signos maiores de nosso desencontro pedagógico, de nosso descompasso em relação à possibilidade formativa, no momento em que mais necessitaríamos de seu auxílio? Um possível – para escapar, em definitivo, ao sufoco pandêmico. Mas sob a forma de um inédito aprendizado.

Assim, são já tarefa e responsabilidade pedagógicas novas tal enfrentamento lúcido, contínuo desse problema inédito. Possivelmente, a perspectiva de um mundo pós-pedagógico, e afinal, um mundo em que a própria espécie já não se destacará pela produção e transmissão do conhecimento, apenas começou. O fim do *homo sapiens* talvez não seja o fim do homem, mas é um abismo preocupante que estamos a cavar sob os nossos próprios pés. A longa história da ‘evolução’, para a qual a educação, a formação se mostraram absolutamente decisivas (bem como a configuração dos processos e procedimentos a elas atinentes) terminaria aqui. O fim da História, afinal, como fim da Educação.

Conclusão

A recente pandemia representou um curioso paradoxo pedagógico. Por um lado, ela foi ocasião de um trágico aprendizado, como deram testemunho os divesos relatos, mundo afora, acerca do que se vinha enfrentando, das experiências acumuladas na pandemia, ou sobre as inúmeras perdas sofridas. Receber, subitamente, tudo isso, envolveu um importante exercício de solidariedade, acolhimento e afeto. Em síntese, de aprendizado: aprender afetivamente, ‘paticamente’ o outro, *um* outro: pessoas, práticas, escolhas, natureza, planeta. O isolamento sofrido de um ou uma tornou-se a afecção ciosa, e o afeto solidário de vários, remotamente conectados. Foi, desse modo, uma pandemia contada, narrada, exposta. Por outro lado, ela foi e é, ainda agora, talvez pouco pensada, pouco compreendida. Há uma falha, senão uma falência teórica, conceitual na sua recepção e enfrentamento. Uma pergunta talvez torne as coisas mais claras: a irrupção, nesse exato momento, de nova pandemia, seria melhor enfrentada do que fora a do Covid-19? Estaríamos melhor preparados, mais capacitados para esse novo desafio? Se não, o que efetivamente teremos aprendido em tudo isso?

Diz-se que há duas acepções principais para o termo ‘crise’. A perspectiva ‘oriental’ entenderia ‘crise’ sobre tudo como a sinalização para uma nova oportunidade. Por outro lado, o sentido ‘ocidental’, entenderia a palavra com o sentido, antes, de um fechamento: crise seria a situação em que todas as alternativas se mostram terríveis, inviáveis... Talvez, um dos prejuízos maiores da pandemia recente foi termos nos fixado sobretudo no segundo sentido, desconsiderando alguma perspectiva de saída ou travessia a que o momento pandêmico estaria a nos convidar.

E qual seria essa? Parece-nos que, em especial, a pandemia poderia ter sido encarada e enfrentada como uma suspensão benéfica, como um certo respiro de que há muito necessitávamos, por todo o planeta. Nesse sentido, a Natureza, os animais pareceram ter melhor interagido com as vicissitudes da hora: a ausência do humano resultou em rios mais limpos, em um ar mais puro, em animais com grande liberdade, inclusive notando-se a reaparição de espécies raras, ou de difícil observação. Para nós, ao contrário, o sabor foi o de uma grande pausa inaproveitada – não nos beneficiamos daquilo de que mais necessitávamos, talvez: uma *epoché*, um tempo de suspensão (e de reavaliação, de redefinição, de reconfiguração...).

Assim também, verificou-se, e verifica-se, ainda, a Oportunidade perdida de uma grande revisão das nossas instituições escolares, dos nossos compromissos com os estabelecimentos de ensino e com os seus objetivos. Dentre os prejuízos maiores, não há como não listarmos aqueles que envolvem a profissão docente. Ela está a exigir atenção, cuidados tanto quanto os demais atores envolvidos no processo educacional. Contudo, ela longe está de ser ouvida, valorizada, e mesmo sequer visibilizada. Tal invisibilidade profissional, talvez aprofundada durante a pandemia, sinalizaria um horizonte ainda mais nefasto, ou seja, o de um ocaso contemporâneo da própria profissão? Dentre todas as distopias que proliferam nesse nosso tempo, decerto essa não seria das menores.

Retomemos, em conclusão, a ‘questão docente’. De fato, um novo tempo, uma nova circunstância deverá ser, também, o novo tempo e a nova circunstância para a profissão docente. Por que razão ela se poria ao largo de uma transformação já em curso e que, decerto, irá alterar inteiramente a nossa imagem da educação e do fazer pedagógico? Quando menos, a partir da evidência pandêmica e da sua continuidade ainda insuperada, a escola precisará retomar as imensas perspectivas que se anunciaram quando do surgimento do ‘campo psi’ e das relações que se procurou então estabelecer entre clínica e escola. Por entre o binômio tradicional ‘ensinar & aprender’, procurou-se introduzir então uma sutil inflexão: ‘ensinar & aprender – *a sentir*’; ou seja, visava-se, conforme um *aggiornamento* contemporâneo, revisitar as prerrogativas de um ‘cuidado de si’, do qual tanto a educação como a psicologia ou psicanálise seriam instrumentos essenciais. De resto, a perspectiva clínica, pela via ‘psi’ é, talvez o principal legado humanístico do último século. Nada alcançou tão fortemente a condição humana, contemporaneamente, quanto essa nova criação. Nesse sentido, o que se mostra mais relevante é a perspectiva de se apontar em que direções poderia ir essa necessária redefinição psico-pedagógica, ou se preferirmos, micropolítica. A Pandemia apresenta, também como exigência, uma nova tarefa e responsabilidade inéditas para o campo formativo, e por consequência para todo o professorado, e que envolve, por que não, o futuro mesmo da profissão. O mal-estar, ou seja, a apreensão e angústia, presente e futura, com o sentido e destino da profissão, exige igual redefinição, igual reavaliação.

REFERÊNCIAS

ONU. **Nota de síntese: A educação em tempos de COVID-19 e depois.** https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2020/09/policy_brief_-_education_during_covid-19_and_beyond_french.pdf

UNESCO - Comissão internacional sobre os futuros da educação. **A educação em um mundo pós-Covid: Nove ideias para a ação pública.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373717_fre.

AGAMBEN, Giorgio. **Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia.** São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Em que ponto estamos?: a epidemia como política.** São Paulo: n-1 edições, 2021.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia - E breves lições para o mundo pós-coronavírus (artigos e entrevistas).** São Paulo: Cia das Letras, 2020.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **Ensaio sobre a lucidez.** São Paulo: Cia das Letras, 2020.

ZIZEK, Slavoj. **Pandemia: Covid-19 e a Reinvenção do Comunismo.** São Paulo: Boitempo, 2020.

*Recebido em: 30 de maio de 2024.
Aprovado em: 20 de junho de 2024.*